

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MONÁRQUICA PORTUGUESA: DINÂMICAS DE APOIO E RESISTÊNCIA

THE CONSTRUCTION OF PORTUGUESE MONARCHICAL IDENTITY: RESISTANCE AND SUPPORT DYNAMICS

Fátima Regina Fernandes¹
Universidade Federal do Paraná

Resumo: No reino português encontramos um sentido de transformações apontadas para um crescente afã de ordenação, fórmulas e procedimentos. Multiplicam-se as ordenações, procedimentos que tentam limitar uma natural diversidade própria de identidades de grupos, locais, consuetudinárias que deveriam espelhar-se nos modelos centrais e oficiais, no entanto, observa-se por parte da sociedade política como um todo forte resistência a estas medidas oficializantes. Identificam-se nesta construção instrumentos ideológicos como o conceito de tradição na acepção medieval e o aproveitamento do fenômeno de regeneração nobiliárquica, atualizador e ao mesmo tempo plasmador de modelos de nobreza variantes. Um estudo que demonstra assim, importantes transformações ocorridas durante a medievalidade portuguesa seguindo tendências experimentadas em toda a Península Ibérica como no restante da Cristandade latina propondo-se uma abordagem que privilegia o estudo dos processos de construção ideológica monárquica mais que o reconhecimento dos modelos daí resultantes.

Palavras-chave: regeneração nobiliárquica; centralização monárquica medieval; identidade nobiliárquica.

Abstract: In the Portuguese realm can be found a sense of transformations pointed to a growing desire for sorting, coding, organizing and specifying models, formulas and procedures. Ordinations, weapon regiments are multiplied and not only that but also, procedures that attempt to limit a natural diversity of group, local and customary identities that should mirror themselves on the central and official models. However, it can be observed a strong resistance to these formalizing measures by the political society as a whole. Ideological instruments can be identified in this construction, such as the concept of tradition in the medieval sense and the harnessing of the nobiliary re-generation phenomenon, updater as well as modeler of varying nobility models. Thus, a study which demonstrates important movements and transformations that have occurred in the midst of medieval Portuguese society, following tendencies experienced throughout the Iberian Peninsula, perhaps even in the remainder of Latin Christianity, proposing an approach that emphasizes the study of the processes of monarchical ideological construction more so than the recognition of resulting basal models.

Keywords: Nobiliary regeneration; medieval monarchical centralization; nobiliary identity.

Recebido em: 18/09/2013

Aprovado em: 07/01/2014

¹ E-mail: atimaregina@pq.cnpq.br

Introdução

O debate sobre os limites cronológicos da Idade Média tem sido objeto de estudos já menos efusivos desde há alguns anos atrás o que não significa que tenha sido esgotado. Afinal, o consenso sobre a possibilidade de se considerar que a Idade Média tenha durado sete ou dez séculos é naturalmente difícil por se tratar da busca por uma definição de limites cronológicos mesmo que um tanto arbitrários e que em princípio deveriam ter validade comum, mas que na prática historiográfica variam em função dos espaços, óticas e perspectivas selecionadas em cada estudo.

Um debate que pode estender-se ainda a partir da consideração de que dentro de cada um dos espaços de tradição latina, grega, islâmica ou judaica, desenrolam-se ao longo da diacronia apontada como especificamente medieval, processos de criação, atualização e ofuscamento de modelos e práticas manifestando importante dinâmica de transformações dentro do recorte medieval ainda que disfarçados sob o manto autorizado da tradição.

O que nos leva à definição do conceito de tradição válido para a medievalidade latina. A cultura medieval tem um sentido de inovação que encobre sob o manto da repetição, dos comentários e citação das fórmulas autorizadas, o recurso às vozes de autoridade, mas glosadas, comentadas, no fundo atualizadas ao contrário da cultura moderna que finge inovar mesmo quando repete. A tradição era entendida como fonte de autoridade e legitimidade o que não significava o congelamento de valores, tratava-se na verdade de um conceito intrinsecamente dinâmico que buscava contornar, assim, o medo escolástico da contradição e da originalidade associada ao pecado do orgulho².

Questões que relativamente aos espaços da Cristandade latina, podem e devem ser aprofundados, especificamente na Península Ibérica onde se gera uma espécie de corredor cultural que recepciona e incorpora às tradições autóctones elementos externos de variada origem e natureza durante o processo de Reconquista cristã que podemos balizar como esgotado no século XIV apesar da sobrevivência de Granada que cai apenas em 1492 por razões específicas de natureza mais política que militar. Portanto, consideradas estas concepções parece-nos mais produtivo analisarmos neste momento os séculos XIV e XV quando já dispomos dos resultados deste processo de avanço militar e territorial dos espaços cristãos,

² ECO, U. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

do esgotamento do apelo ideológico do fenômeno cruzadístico e da absorção das influências plasmadas ao longo do processo.

Ao mesmo tempo a observação destes fenômenos proporciona um destaque na realidade político-social peninsular comum aos outros espaços da Cristandade latina, a crescente canalização de atribuições e jurisdições de poder para a instituição monárquica. Uma tendência que enfrentaria resistências a partir de instâncias regionais historicamente autônomas assim como de experiências ancestrais de exercício de poder da parte de estratos nobiliárquicos, laicos e eclesiásticos e das municipalidades vilãs. Por vezes também resistências de natureza teórica que aparentemente estariam definindo o modelo ideal dos monarcas, mas que no fundo pretendiam conformar em limites ético-morais rígidos o perfil do rei. Na verdade sutis, mas eficientes instrumentos de limitação dos potenciais excessos régios que poderiam leva-lo à temida e condenada condição tirânica de poder, mas que ao mesmo tempo propiciavam uma insubstituível legitimidade e institucionalização da figura do rei bem aproveitada pelos apoiantes da centralização régia que ao interpretarem os Espelhos de Príncipes os usariam como instrumentos ideológicos de validação monárquica. Observam-se, mais atritos e disputas do que um modelo único ainda que o afã medieval seja nestes fins da medievalidade o da uniformização. O movimento em si também é de sentido comum ao restante da latinidade, a criação, imposição e aprimoramento de modelos e instrumentos de poder régio que inicialmente seriam híbridos, indefinidos, no entanto, tornar-se-iam cada vez mais dinâmicos e funcionais quando nos aproximamos dos séculos XIV e XV especialmente quando comparados a anteriores formulações generalistas e de base apenas consuetudinária dos inícios da medievalidade. Um processo de crescente complexidade e atualização deliberada de fórmulas, procedimentos e teorizações que sem descartar a tradição, resulta da insistência em aperfeiçoar e impor instrumentos de reconhecimento e legitimidade do modelo monárquico mais do que de uma suposta evolução natural de crescente aprimoramento. Trata-se, portanto, de um processo histórico dinâmico e deliberadamente transformador que se desenrola no recorte da própria medievalidade em si marcado pelo signo da crescente institucionalização e uniformidade.

Elabora-se, assim, um projeto que terá a Península Ibérica como palco privilegiado de análise em função das variadas origens dos elementos que compõem a sua tradição que se fundiriam ao longo dos séculos de convivência em bases inéditas e inovadoras. Assim, a especificidade peninsular mais uma vez se manifestaria também frente a esta formatação das monarquias medievais ibéricas na sua forma,

nos processos e mesmo nos seus resultados incluindo-se aí as resistências ao mesmo, muito em função da contribuição advinda da experiência de longa convivência entre elementos de tradições muito distintas e do sincretismo que daí resultaria. Tomando-se como válida a definição de tradição acima expressa podemos considerar que a Península Ibérica dispunha, assim, de uma base étnico-cultural particularmente rica e complexa graças à diversidade de origens e formas de expressão, plasmadas longamente durante a diacronia medieval e que nos séculos XIV e XV podemos vislumbrar alguns resultados deste mutualismo de tradições ainda que plasmados sob a capa da uniformidade oficial numa perspectiva que considera as transformações como processo histórico.

A realidade portuguesa

No reino português entre os séculos XIII e XV encontramos um sentido de transformações apontadas para um crescente afã de ordenação, codificação, sistematização e precisão de modelos, fórmulas e procedimentos. Multiplicam-se as ordenações, regimentos de armas e não só, traduções de árvores das batalhas, procedimentos que tentam limitar uma natural diversidade própria de identidades de grupos, locais, consuetudinárias que deveriam espelhar-se nos modelos centrais e oficiais, no entanto, observa-se por parte da sociedade política como um todo forte resistência a estas medidas oficializantes.

Os protagonismos e a individualização próprios do ambiente sócio-político gerado pela escassez de nobres de primeira estirpe junto aos reis do fim da dinastia de Borgonha e princípios da de Avis foram resultantes de um contexto de múltiplos conflitos e exílios que abalaram o equilíbrio da sociedade política mais tradicional. No entanto, percebemos que estes representantes de uma nobreza nova, que se faz por seus próprios méritos ou mesmo os de nobreza adquirida por privilégio têm como fonte instituidora oficial, o rei e logo após alcançarem o reconhecimento externo desta condição trabalharão para converter seus descendentes em nobres de sangue manifestando, assim, um desejo de continuidade consciente das estruturas e mecanismos tradicionais de manutenção de seu recente *status quo* privilegiado.

Mas como vínhamos discutindo até aqui, esta dialética entre renovação e manutenção de alguns elementos seria própria da concepção de tradição na Idade Média. Assim, por exemplo, a nobreza nova que cercava o Mestre de Avis manifestaria alguns elementos simbólicos e estratégias perpetuadoras de sua imagem

que nestas representações de poder os aproximariam de modelos reconhecidos e estáveis da época da Reconquista. No entanto, tratava-se de indivíduos novos com experiência de ascensão sócio-política promovida em boa parte a partir de sua capacidade de ter iniciativas por vezes inusitadas, inovadoras diante de situações de perigo ou de negociação diplomática. Libertos da carga de expectativas que oprimia os ricos-homens estariam mais à vontade para inclusive improvisar estratégias nas quais os resultados começariam a ser mais considerados que os meios para alcançá-los. Atitudes modernas que garantiriam o acesso à indispensável fonte de estabelecimento régio especialmente no contexto dos séculos XIV-XV.

Tendo alcançado a privança régia urgia em seguida tecer estratégias que perpetuassem a sua condição, seja através de matrimônios seja através de instrumentos ideológicos mais elaborados. Assim, observamos que as Crônicas constituíam-se como textos cristalizadores por excelência de sua imagem idealizada de nobre garantindo a individualidade fundadora de uma legitimidade que deveria ser estendida hierarquicamente ao coletivo de seus descendentes na linhagem. Com isso buscava-se assegurar a fração de continuidade dos valores mais conservadores e legitimadores ainda que em textos fundadores de uma tradição nova à volta de uma linhagem. Estratégias que se estenderiam até mesmo à inserção apócrifa de suas existências e façanhas nos Livros de Linhagens como o do Conde D. Pedro, nos fins do século XIV e inícios do XV. Assim, esta nobreza nova diante de um panorama de fragilidade de sua identidade original, inseria-se à força dentro dos próprios instrumentos de resistência da nobreza de sangue como a literatura genealógica. Percebe-se, também aqui uma convivência entre o reconhecimento dos protagonismos individuais e os valores historicamente reconhecidos das solidariedades coletivas linhagísticas manifestando a mesma dinâmica própria do conceito de tradição acima referido. Tal movimento promove, no entanto, uma crescente indefinição entre os estratos da nobreza e também entre a nobreza de serviço e a burguesia municipal, especialmente os cavaleiros-vilãos que serviam de força militar e apoio sócio-político à ascensão desta nobreza nova.

Tomemos como exemplo Gil Fernandes de Elvas, homem de armas e de negócios, especialmente ligado às tradicionais atividades fronteiriças, o contrabando de gado e a defesa de sua vila cuja trajetória expressa bem esta função de apoio aos representantes da autoridade central enviados por D. Fernando e D. João I. Seja acompanhando as ações de fronteiras da região, seja representando-os grangeia tal reconhecimento e carisma junto às populações vilãs de Entre-Tejo-e-Odiana que sua prisão motivaria uma união em Elvas e arrabaldes reunindo toda a arraia-

miúda em seu auxílio. Predominava nestas regiões de fronteira um descrédito manifesto em relação às capacidades dos representantes régios, nobres na administração defensiva da região em tempos de guerras fernandinas e tal panorama só mudaria com a chegada de Nuno Alvares Pereira na época do Mestre de Avis. As resistências seriam então vencidas e apesar da grande concorrência entre os epígonos locais e o Condestável, este último se imporia pela sua eficiência de ação, economia de esforços e arrojadas ações fruto da mescla de experiências de vida, métodos e objetivos das categorias intermediárias da nobreza e da burguesia municipal, cujos contornos indefinidos confundiriam uma definição mais estrita entre os mesmos. Os contornos inclusive comportamentais desta nova nobreza seriam absorvidos pelas obras de cariz genealógico e cronístico, promovendo uma verdadeira atualização dos modelos legítimos da ordem nobiliárquica baixo-medieval.

O jovem Condestável teria um longo caminho de projeção a partir da crise dinástica de Borgonha-Avis e confrontaria vários grupos e individualidades que disputassem seu protagonismo junto à monarquia de Avis e a sua trajetória marcaria uma nova relação da nobreza com a monarquia portuguesa em vários níveis a começar pela origem e naturalidade de seus representantes. Até D. Fernando predominam nobres “estrangeiros” cuja fidelidade e interesses seriam amplamente questionados e após 1383 permaneceriam em Portugal maioritariamente os naturais do reino que por falta de melhores opções dedicar-se-iam a tentar ocupar as funções e respectivos benefícios que a alta nobreza, incrédula do vigor da causa avisina, deixara vagos. Fernão Lopes, cronista do século XV, vanguardista em termos literários e cristizador das relações de poder geradas pelo contexto de ascensão e condições de estabelecimento do Mestre rotula esta nobreza traidora como “nados dazambujeiro” em sua Crônica de D. João I. É bastante sintomático o fato de relacionar o epíteto depreciativo com a condição destes homens como naturais do reino português que teriam traído o seu rei e o seu reino. Sabemos bem, que para os nobres o conceito de naturalidade e fronteira seria bastante mais relativizado que para os homens vilãos em função da rede de vinculações familiares e vassálicas que constituía a base de suas relações de poder. No entanto, no século XV em Portugal, na pena de Fernão Lopes estava clara a mensagem de que agora o sentimento de pertença a uma terra, a prioridade da naturalidade no panorama de fidelidades possíveis deveria ser uma concepção também partilhada pela ordem nobiliárquica. Um critério apenas possível num contexto sócio-político instável e de transição que suportasse tal grau de novidade e atendesse, pelo menos tempo-

rariamente aos interesses de uma dinastia ainda insegura de sua legitimidade mesmo em meados do século XV, época de redação da Crônica. Cumpre, assim, conhecermos mais de perto esta sociedade política retratada na obra lopeana.

Uma das linhagens mais antigas do reino português, a dos Cunha permaneceria no reino português de onde era oriunda, mesmo após a ascensão do Mestre de Avis com uma missão clara, garantir a manutenção das pretensões de ascensão do Infante João de Castro ao trono português. Um seu representante, Martim Vasques da Cunha era descendente do ramo dos Cunha de Távoa, representado pelos sucessivos alcaides de Celorico de Basto e descendia de uma linhagem que historicamente confrontara a monarquia na defesa de seus próprios direitos³ e cujos ancestrais haviam promovido o reestabelecimento da linhagem junto ao rei a partir de um seu ramo secundogênito. O cabeça de linhagem à época era seu pai, Vasco Martins da Cunha, o Velho e Martim Vasques dispunha da potencialidade de sucessão da posição paterna, além de estar vinculado familiar e vassalicamente ao grupo constituído pelos Cunha, Gonçalo Vasques Coutinho e João Fernandes Pacheco, todos com alguma ligação aos Castro⁴.

O peso do nome contava, assim, a favor de Martim Vasques da Cunha e a vinculação vassálica ao Infante João de Castro, representante de um dos ramos ilegítimos da Casa régia completaria as condições de estabilidade confortável dos Cunha no reino português em meados do século XIV. A fidelidade ao Infante seria testada após a sua prisão em Castela, no entanto, manter-se-ia perene e reconhecida,

³ Lourenço Fernandes da Cunha cabeça de linhagem na primeira metade do século XIII e autor da "*Mentio de Malefactoria*", composição onde se queixa dos estragos que lhe são feitos na torre dos Cunha no decurso das agitações que caracterizaram o reinado de Sancho II. Seu primogênito, Gomes Lourenço, reproduz os abusos de que seu pai foi vítima, sendo chamado à atenção por Afonso III, acabando por ser destituído de seus direitos por sentença de 1285, já no reinado dionisino. Seus irmãos secundogênitos, serão, contudo, privados de Afonso III, especialmente Vasco e Egas Lourenço, recaindo sobre o primeiro, os direitos alienados a Gomes Lourenço. Observa-se assim, o eclipse do ramo primogênito dos Cunha na segunda metade do século XIII devido à intervenção régia, beneficiando o ramo secundogênito, no qual a política afonsina sempre buscou esteio de afirmação da mesma forma que o Mestre de Avis (*Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. A. M. de FARIA, Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, pp.136-7; *Portugaliae Monumenta Historica, Livros Velhos de Linhagens*, v.1 ed. J. PIEL e J. MATTOSO, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, tít.55, pp.356-9; FREIRE, A. B. *Os brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-30, v.I, pp.156-9 e VENTURA. L. *A nobreza de Corte de Afonso III*. Coimbra: tese policopiada e apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, v.2, pp.641-7).

⁴ FERNANDES, F.R. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV). *Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, Instituto de Historia de España "Cláudio Sánchez Alborno", Universidad de Buenos Aires, 82 (2008): 31-54.

inclusive nas Cortes de Coimbra de 1385 onde Martim Vasques defenderia a legitimidade dos Castro à sucessão de D. Fernando com tal empenho que não fosse a habilíssima argumentação do Dr. João das Regras o partido dos Castro teria tido grandes chances de êxito. No entanto, quando se converte em causa sem esperança diante do reconhecimento oficial da legitimidade do novo rei português, Martim Vasques da Cunha aposta na continuidade junto a Avis, acomodando seus interesses particulares e momentâneos às necessidades legitimatórias da dinastia nascente, carente de nobres de sangue a seu favor. O representante dos Cunha, no entanto, ofuscado em parte pela declarada opção de fidelidade aos Castro sofreria ainda a concorrência de um epígono forte e inquestionável campeão da causa avisina, o Condestável Nuno Alvares Pereira.

Assim apresenta-se o panorama sócio-político da segunda metade do século XIV em Portugal, composto por forças dinâmicas de apoio à mudança à volta de figuras como a de Nuno Alvares Pereira e outros representantes de certa resistência à continuidade cabendo ao rei D. João I a tarefa de administrar estas expectativas e projetos de ascensão múltiplos, simultâneos e por vezes auto excludentes. Satélites em movimento orbital à volta do rei, submetidos a uma força de natureza centrípeta, quase gravitacional que por vezes os faz colidir entre si. Forças que por conta da juventude do movimento tentam ainda promover um movimento centrífugo buscando autonomia frente ao centro do poder, especialmente quando o centro ainda é uma referência frágil de atração e quando se trata de satélites *juvenes*. Martim Vasques da Cunha representava, por sua vez, um satélite do anterior sistema orbital que entrara num buraco negro, a dinastia de Borgonha e buscava, portanto fomentar a substituição do sistema eclipsado por outro, cujo centro caberia ao Infante Castro; projeto, no entanto, como sabemos hoje, fadado ao fracasso.

A sociedade política de D. João I, à época de sua ascensão era composta de *juvenes* categorização que incluía o próprio rei tendo de administrar uma crise dinástica -o que não chegava a ser um processo inédito na medievalidade- mas vivia-se o século XIV, período de transição e atualização de valores, daí que o fenômeno tenha ganho proporções adicionais de renovação e novidade, especialmente nos ecos que dele ficaram, cristalizando padrões e modelos atualizados, antenados com seu tempo. Não se trata de uma filigrana, mas sim da compreensão, do sentido de um movimento maior cujos detalhes ficam por conta da exposição que se segue.

Após 1386 notar-se-ia de forma mais flagrante a cobrança de um equilíbrio na concessão dos benefícios régios por parte deste grupo de nobres na contramão da política de monopólio de projeção do Condestável. Um contexto no qual D.

João I, rei reconhecido, começava a ser cobrado em sua função régia de árbitro das dissensões e distribuidor equânime dos benefícios frente a um Nuno Alvares Pereira cada vez mais seguro de sua indispensabilidade tática e militar. Em meados deste mesmo ano Martim Vasques da Cunha e seus vassallos apoiavam D. João I no cerco a Coria onde defendem a validade do cerco diante da omissão do Condestável, cético quanto a esta estratégia de conquista.

Tal combate cõ as paredes mais hera morte de homeis que outra homrra ne proveito, e que ele não queria que lhe matase a gente de balde por nenhua guisa, salvo de huu se podese guamçar algua homrra, o que e tal combate não sentia⁵.

Martim Vasques aproveitava esta lacuna deixada por Nuno Álvares e neste mesmo momento esforçava-se para granjear destaque junto ao rei tendo chegado a ser identificado com seus homens que apoiavam o cerco no relato de Fernão Lopes como os *cavaleiros da Távola Redonda*. Analogia que identificaria Martim Vasques da Cunha, Gonçalo Vasques Coutinho e João Fernandes Pacheco com as figuras da Corte arturiana, respectivamente Galaaz, Tristão e Lançarote. A crítica diante do fracasso do cerco, no entanto, seria atribuída a D. João I, conforme as palavras de Mem Rodrigues de Vasconcelos que se lamentava da falta de um rei da feição de Artur em Portugal que fizesse jus aos seus cavaleiros perfeitos; um rei que reconhecesse os verdadeiros servidores e os recompensasse à altura de seus feitos⁶.

Um comentário que reflete rachaduras importantes no cimento que estruturava até então as relações régio-nobiliárquicas, a lealdade, uma virtude recíproca como bem nos lembra, Luis Suárez Fernández ⁷ que deveria ser biunívoca, esperada tanto da parte do rei para com seus vassallos como destes para com o rei. Condição que no episódio acima reflete rompimento da parte do vassallo Nuno Alvares e seus homens para com o rei e que no seguimento manifestaria a tolerância de D. João I para com os desleais e mais importante ainda, o privilégio mantido aos desleais na privança régia.

⁵ LOPES, F. *Crónica de D. João I*, 2ªp, ed. M. Lopes de ALMEIDA e A. de Magalhães BASTO, Barcelos-Porto: Civilização, 1990, cap. 75, p. 187.

⁶ Id, *ibid.* 2ª p, caps. 73 -75, pp. 183-8.

⁷ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. Nobleza y monarquía: sus interrelaciones. *La Nobleza Peninsular en la Edad Media. Actas Del VI Congreso de Estudios Medievales*, Fundación Sánchez-Albornoz, Leon, 1999, pp. 481-8.

Apesar do descontentamento régio e de seus pares, Nuno Álvares manteria o resguardo e reconhecimento de suas prerrogativas por mais algum tempo enquanto os Cunha eram mantidos em posição secundária em boa parte pela desconfiança que sobre eles pairava de ainda apoiarem em segredo ao Infante João de Castro, agora liberto, instituído em Castela e potencial combatente de Avis.

Vemos, aqui, sintomas de um movimento subterrâneo que vai manifestando-se aos poucos e diz respeito à concentração de benefícios e criação de subsatélites à volta da Casa dos Pereira, por exemplo. Estabelecido pelo rei em troca de sua privança, Nuno Álvares faria sombra e ameaçaria o protagonismo régio o que obrigava D. João I a resgatar a sua condição de centro do jogo político. A reação viria, assim, a caminho, no esteio de medidas que visavam ordenamento, formatação e definição, ainda que em moldes atualizados do papel da monarquia nestas relações de poder.

Era também chegada a hora do rei português colocar limites às extensões indevidas ou exageradas de poder de alguns de seus nobres e começaria pela recuperação de patrimônio para a monarquia, política que causaria outro momento importante de fração de seus apoios no reino⁸. O estopim da iniciativa régia assentaria em dois episódios, o primeiro seriam as pazes estabelecidas com Juan I Trastámara em fins de 1389, as quais em Castela pressionariam o rei a ponto de ele pensar em renunciar ao seu trono, situação agravada pelo vazio de poder gerado por sua morte em outubro de 1390⁹. Um momento de fraqueza do oponente tradicional, cujo reino esgotaria-se em questões internas ligadas às disputas e dissensões entre os tutores do herdeiro em sua menoridade e quando D. João I de Portugal com tréguas acertadas após 1393 teria condições políticas de voltar-se para a organização interna do reino e de sua sociedade política.

O segundo episódio, decorrente do primeiro foi a distribuição de bens promovida pelo Condestável entre seus vassalos devido à pacificação anunciada do reino. Ele daria-lhes rendas de lugares que ele tinha recebido em préstamo do rei e que repassava na mesma condição a seus fiéis, os quais em troca manteriam escu-

⁸ FERNANDES, F.R. Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro (segunda metade do século XIV). *Cuadernos de Historia de España*, 82(2008): 46 e FRANCO SILVA, A. y GARCIA LUJAN, J.A. Los Pacheco. La imagen mítica de um linaje português em terras de Castilla, *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, Comissão Organizadora do Congresso / INIC, 1989, vol.III, p.968, nota 74.

⁹ *Crónica del Rey Don Juan, primero de Castilla e de Leon*. Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, Ediciones Atlas, 1953, vol. 2, caps. I-II, pp. 125-9.

deiros para serviço do rei e do próprio Nuno Álvares Pereira¹⁰. Este, senhor de sua própria sociedade política afrontaria o rei com esta iniciativa e aguçaria a ambição dos outros nobres que passariam a defender uma emergencial recuperação patrimonial régia dos bens doados ao Condestável para fazer frente às necessidades inerentes aos três descendentes do rei, já nascidos. D. João I resolve-se por um chamamento régio que na verdade, atingiria o Condestável¹¹, mas também outros beneficiados, obrigados a devolver ou vender as terras recebidas em préstamo ao rei dentre eles os Cunha e Pacheco, situação que agravada por outros elementos conjunturais contribuiria para seus respectivos exílios em Castela a partir de 1397¹². Já Nuno Álvares, após este episódio começara imediatamente a organizar

¹⁰ LOPES, F. *Crónica de D. João I*, 2^ap, cap. 151, p. 331. Considerando-se que em carta emitida em Lisboa a 30 de março de 1389 D. João I confirmava a seu Condestável todas as doações feitas enquanto era apenas Regedor do reino (Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. *Chancelaria de D. João I*, l. II, f.15) e a 2 de julho de 1390 desde Santarém o rei confirmaria ainda as doações feitas ao Condestável pelo rei D. Fernando: Alter-do-Chão, Vila Formosa, Açumar e os termos, jurisdições e direitos correspondentes (Idem, ibidem, l. IV, f. 49v) podemos considerar que a dita devolução de benefícios ao rei seria em data posterior a destas cartas. Ainda em carta de 15 de novembro de 1389 emitida em Braga o rei confirma doação do Condestável a um seu escudeiro (Idem, ibidem, l. II, f. 38 e v).

¹¹ Na Chancelaria as confirmações régias de doações feitas pelo Condestável a terceiros permanecem e a partir de 1391 encontramos cartas de escambo como a de 30 de outubro de 1391 emitida nos Paços do Conde em Barcelos, na qual o Condestável troca com seu primo João Rodrigues Pereira, a terra de Basto que recebera do rei pela terra de Baltar que seu primo herdara de seu pai (Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. *Chancelaria de D. João I*, l. IV, f. 88-90). Ainda em carta de 11 de maio de 1392 o rei confirma o escambo descrito na carta anterior de 1391 e inclui o reconhecimento régio a escambo do Condestável com Lopo Dias de Azevedo. Este dá-lhe Vila Nova de Anços, Pereira, Nouras e o reguengo de Alviela em troca da terra de Pena e Bouças do Condestável (Idem, ibidem, l. II, f. 67v) . Já em outra carta de 11 de maio de 1392, o rei em Coimbra escamba com o Condestável a jurisdição cível e crime da terra de Baltar em troca do mesmo direito sobre a Vila Nova de Anços (Idem, ibidem, l. II, f. 67 e v). Aventamos a hipótese de que nesta forma tão freqüente de escambo do Conde com seus vassalos e a intervenção talvez forçada do rei nesta troca se fariam os ensaios à referida recuperação de patrimônio régio que deve ter ocorrido entre 1392 e 1398 quando novamente encontramos cartas de doação régia ao Condestável (Idem, ibidem, l. II, f. 148). A 1 de setembro de 1398 o Condestável receberia a maioria dos bens fruto de doação régia que Gil Vasques da Cunha tinha no reino devido a seu exílio em Castela (Idem, ibidem, l. II, f. 180v).

¹² LOPES, F. *Crônica de D. João I*, 2^a p, cap. 152, p. 332; MITRE FERNANDEZ, E. La emigracion de nobles portugueses a Castilla a fines deI siglo XIV. *Hispania: Revista Espanhola de Historia*, Madrid, CSIC -Instituto Jerónimo Zurita, 104(1966): 513-25; BAQUERO MORENO, H. C. Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-88). *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Centro de História da Universidade do Porto/INIC, Porto, 1987-1990, vol. 2, pp. 69-101. Martim Vasques da Cunha a 2 de maio de 1394 vê-se obrigado a vender as terras de Sul, Gulfar, Seia, Penalva, Çatam, Rio de Moinhos, Aguiar da Beira e Lousada que tinha recebido a 21 de maio de 1384 devido ao *deserviço* de Henrique Manuel de Vilhena, seu possessor, para a constituição do patrimônio dos Infantes (Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo. *Chancelaria de D. João I*, l. I, f.19v e l. II, f.94v-95).

seu exílio, disposto a partir acompanhado voluntariamente de muitos dos seus, desgostoso com a postura de força do rei. Uma ameaça para D. João I preso à necessidade de manter o equilíbrio na distribuição dos benefícios entre a sua nobreza, mas ao mesmo tempo consciente de sua dependência em relação a Nuno Álvares, um epígono, mas totalmente fiel ao seu rei. São vários os emissários enviados ao Conde até que o convencem a permanecer apesar da manutenção das restrições de criação de vassalos por parte da nobreza, prerrogativa estritamente régia e da retomada dos bens distribuídos a nobres pelo rei, D. João I, assim como os vassalos feitos pelos nobres¹³. Todos os esforços de centralização de recursos e poder simbólico e político seriam empregues a partir daqui ao serviço da monarquia de Avis e uma estratégia eficiente seria limitar as fontes de recursos disponíveis por parte de sua nobreza.

Claro que tal estratégia régia de reduzir as fontes de recursos nobiliárquicos coibiria intencionalmente iniciativas pessoais da sua nobreza, as de potencial confrontação em primeiro lugar, mas também as de apoio à causa régia. No entanto, a guerra justa e legítima era cada vez mais a do rei e não seriam mais aceitas assuadas entre nobres, especialmente com recursos da monarquia. O fato é que as forças do Condestável não encontrariam oposição em Castela por onde vaguearia por quinze dias pilhando e queimando terras aos olhos do Mestre de Santiago e nem mesmo o Infante Dinis ousaria confrontá-lo em batalha¹⁴. Nuno Álvares acharia no botim a fonte de recursos que a monarquia lhe negava e de fato, no reino português permaneceria monopolizador dos Condados portugueses apenas divididos após o casamento de sua filha com seu genro e a sua própria descendência aproximada à da Casa régia. A partir desta união patrimonial e em boa parte devido às arras de casamento da filha do Condestável é que se constituiria o primeiro ducado português, o de Bragança. Ecos de um chamamento régio motivado pelo afã de recuperação de recursos e prestígio da parte do rei D. João I frente à sua sociedade política ao modo de centralização.

Reflexões finais

Observamos assim, no caso português, os reflexos de uma dinâmica de redefinição e atualização dos critérios definidores da monarquia e da nobreza neste recor-

¹³ LOPES, F. *Crónica de D. João I*. 2ªp, cap. 153, pp. 335-6.

¹⁴ Idem, *ibidem*, caps. 166-172, pp.363-379.

te tardo-medieval. O processo de acirramento da centralização monárquica avançava paralelamente ao de renovação dos modelos e perfis definidores da nobreza numa relação de provocação biunívoca. A tradição era o discurso legitimador de transformações que se impunham resultantes de um contexto instável que gerava guerras, crise dinástica, disputas internas e exílios, fenômenos que manifestavam o desgaste de modelos ultrapassados que tentavam resistir e a decorrente necessidade de reconstruir em bases ligeiramente diferentes as condições de restabelecimento de uma nova *ordo*. Um processo de readaptação e atualização transformadora que se desenrola no interior da própria diacronia histórica medieval abalando condições e *status quo* consagrados desde o século XI até os fins da Reconquista em Portugal e que nos séculos XIV e XV teriam de se reinventar para não desaparecer totalmente. Uma regeneração, como nos fala Quintanilla Raso¹⁵ aprovada pelo poder régio cujos contornos são assumidamente de feição cavaleiresca resultado de uma incorporação dos valores nobiliárquicos pela instituição monárquica. Os reis a partir do século XIII utilizam-se dos mesmos argumentos, imagens mentais, ritos e atitudes da cavalaria medieval absorvendo um das mais importantes forças de resistência ao seu processo de afirmação, a nobreza. Teria, no entanto, o cuidado de garantir a sua preeminência neste esquema colocando-se como a fonte da atribuição e reconhecimento da *virtus* cavaleiresca fundamentado na sua própria escolha divina. A prerrogativa régia de ordenação de cavaleiros mesmo que o próprio rei não tivesse sido ainda ordenado é disso um bom exemplo, como bem nos fala Bonifácio Palácios,

De esta forma se rompía la autonomía del proceso feudal de transmisión de los valores caballerescos, que establecía que todo caballero debía ser armado por otro caballero, y se consolidaba la imagen del rey soberano, que se situaba por encima de ellos, como fuente y origen de su valor y excelencia. Lo que no quiere decir, por otra parte, que la caballería medieval aceptase sin rechistar tales planteamientos.¹⁶

O leque de atribuições exclusivas dos reis se amplia exponencialmente: a guerra justa é a do rei, a justiça maior do rei, a quebra-de-moeda ou monetágio e a cunhagem de moeda, dentre muitos outros exemplos possíveis. Num momento em que o *corpus nobiliárquico*, heterogêneo, de feição por vezes indefinida ou mesmo

¹⁵ QUINTANILLA RASO, M.C. La renovación nobiliária en la Castilla bajomedieval: entre el debate y la propuesta, *La Nobleza Peninsular en la Edad Media. Actas del VI Congreso de Estudios Medievales*, Fundación Sánchez-Albornoz, Leon, 1999, pp.255-96.

¹⁶ PALACIOS MARTIN, B. La recepción de los valores caballerescos por la monarquía castellano-leonesa. *Codex Aquilarensis: Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa Maria la Real*, Aguilar de Campoo, Palencia, 13 (1998): 100.

híbrida enfrentava uma crise de identidade a monarquia apresenta-se como o agente regulador das disputas e fonte de atribuição da *nobilitude* legítima acelerando mesmo que inconscientemente o processo de atualização/regeneração da nobreza.

Assim, demonstra-se como é privilegiado o debate sobre o medievalismo ibérico, uma realidade que se converte em corredor cultural e balão de ensaio de tendências setentrionais e mediterrânicas com projeções no Novo Mundo a partir da modernidade. Um estudo que se conecta a outros como o das residualidades medievais no Brasil e nos espaços americanos em geral que desperta hoje grande interesse por parte de especialistas nacionais¹⁷.



¹⁷ MACEDO, J.R (org). *A Idade Média portuguesa e o Brasil. Reminiscências, transformações, ressignificações*. Porto Alegre: Vidrágua, 2011.